

Monumentos e Luta: A violência como traço distintivo das poucas representações da classe trabalhadora nos patrimônios brasileiros

Karoline Santana Guimarães¹

Fábio Pereira Cerdera²

Resumo

O presente trabalho é um recorte a dissertação da discente Karoline Santana Guimarães, que analisa a relação entre o patrimônio cultural e a memória política em Volta Redonda, com foco no Memorial 9 de Novembro. Destaca a cidade como cenário de eventos políticos significativos, como a Greve de 1988, e busca compreender as complexas relações entre memória, cidade e patrimônio, especialmente em relação à identidade dos trabalhadores do Sul Fluminense. A análise inclui outros monumentos, como El Dourado Memória, Antônio Tavares e Monumentos das Castanheiras Mortas, evidenciando o patrimônio como instrumento de resistência e afirmação identitária. A cidade e seus patrimônios são considerados um campo de disputa política e o texto apresentado destaca a importância da representatividade patrimonial na construção da narrativa histórica.

Palavras-chave: Cidade. Memória. Patrimônio.

Abstract

This work is an excerpt from the dissertation by Karoline Santana Guimarães, examining the relationship between cultural heritage and political memory in Volta Redonda, with a focus on the Memorial 9 de Novembro. It highlights the city as the backdrop for significant political events, such as the 1988 Strike, and aims to comprehend the intricate connections among memory, city, and heritage, particularly concerning the identity of Southern Fluminense workers. The analysis extends to other monuments, including El Dourado Memória, Antônio Tavares, and Monumentos das Castanheiras Mortas, showcasing heritage as a tool for resistance and identity assertion. The city and its heritage are viewed as a battleground for political contention, emphasizing the pivotal role of heritage representation in constructing historical narratives.

Keywords: City. Memory. Heritage.

¹ Mestranda pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

² Professor Doutor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Introdução

A memória e o patrimônio urbano cultural como fonte de resistência

A ideia fundamental é que as experiências e memórias se misturem e se unam em um espaço híbrido, aproximando a população e enriquecendo o patrimônio cultural do lugar. Volta Redonda possui diferentes características e representações culturais que podem ser lidas de diversas formas. Sua fixação na memória muda constantemente, considerando as mudanças que ocorrem no espaço e na sociedade. Nessa perspectiva, o patrimônio aproxima o universo sensível do ambiente urbano, tornando a arquitetura e a paisagem um conjunto de mnemônicos.

As diferentes características e manifestações culturais criam um sentimento de pertencimento e identidade. A memória é um fato construído que estabelece uma ligação com a história por meio da preservação e da retenção de tempo, fomentando o saber histórico. Dessa forma, podemos buscar na história recursos para reaver a identidade como grupo social (maneira de viver, subsistir e morrer). Ela guarda, reúne, exclui e recorda, sendo um importante instrumento para compreender diferentes épocas, ideias e atitudes.

Segundo o historiador francês Le Goff, “a memória, na qual cresce a história, que no que lhe concerne a alimenta, busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Necessitamos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão” (LE GOFF, 1994, p. 471). A cidade de Volta Redonda, símbolo do progresso nacional, carrega em sua história marcas importantes que vão além do processo de industrialização, como a luta política e de classe. A cidade, que manteve status de área de segurança nacional até 1985, foi palco da maior mobilização operária do país em 1988, dando início a uma onda de paralisações sindicais pelo país nos anos seguintes.

Nas últimas décadas, a expansão do conceito de patrimônio cultural e a participação de diferentes agentes sociais nas ações preservacionistas contribuíram para que a patrimonialização assumisse um importante papel como instrumento de resistência e de afirmação identitária.

Na sequência deste processo, ações e debates recentes no campo do patrimônio cultural têm configurado uma das frentes de reivindicação do direito à memória a grupos sociais silenciados pelos discursos hegemônicos, abrindo caminho para a evidenciação de bens

materiais e imateriais associados a processos históricos e manifestações culturais até então negligenciados pela historiografia tradicional e, conseqüentemente, pouco representados pelas políticas de tutela dos bens culturais. Nesta disputa pela representatividade patrimonial, a arquitetura e a cidade têm assumido particular protagonismo, tornando-se, portanto, o centro do debate.

A memória dos lugares históricos é disputada politicamente, o que pode resultar em uma narrativa predominante que se concentre em uma versão específica da história, como é o caso do centro de Volta Redonda. A cidade torna-se objeto de conhecimento quando é transformada pelas conseqüências da Revolução Industrial, que apresenta um novo modelo em contraste com o antigo. Nesse contexto, coexistem o urbanismo e a preservação do patrimônio histórico, tendo noção de patrimônio histórico emergido como uma oposição à urbanização dominante.

A noção de patrimônio histórico emergiu como uma oposição à urbanização dominante devido à perda de elementos culturais e arquitetônicos significativos nas áreas urbanas em desenvolvimento. Surgiram movimentos de preservação para proteger bairros históricos ameaçados de demolição e integrar monumentos e edifícios históricos em projetos de revitalização urbana. Essa abordagem busca preservar a identidade cultural e a memória coletiva e enriquecer a experiência urbana. (LEFEBVRE; 1972)

As memórias coletivas e históricas são interdependentes e se influenciam mutuamente. A consciência individual forma-se em comunicação com outros indivíduos, com base nas condições que os socializam. A memória individual é construída pela coexistência em tensão e nem sempre causada por várias memórias em constante transformação, em virtude da mudança incessante do presente para o passado e da alteração resultante no campo das representações do pretérito.

Segundo a perspectiva de Ricoeur (2007), o passado não é algo que existe em si mesmo, mas, sim, como uma construção, uma representação que só pode ser acessada no presente. Para compreendermos o passado, precisamos reconhecer seus rastros, que podem ser encontrados na memória. Porém, mesmo a lembrança é um ato seletivo, que escolhe o que deve ser recordado e o que deve ser esquecido.

O esquecimento, nesse sentido, pode ser visto como um processo dialógico e necessário. Se não houvesse esquecimento, não seria possível trazer elementos do passado para a realidade imaginária e relembrá-los. O esquecimento, portanto, é uma parte essencial do processo de construção da memória. Embora possa gerar medo e ansiedade, o esquecimento também pode

trazer alegria e felicidade quando algo do passado é recuperado e trazido de volta à consciência. Como afirma Ricoeur, "recebemos com uma pequena felicidade o regresso de um fragmento do passado arrancado, como dizem, ao esquecimento" (RICOEUR, 2007, p. 427).

Essas duas leituras - medo e felicidade - continuam a coexistir ao longo de nossa vida, com a permissão do cérebro. Para Ricoeur, o passado é uma construção, sendo a memória e o esquecimento os dois lados dessa construção. Ambos são necessários para a nossa compreensão do mundo e para a nossa construção de identidade, uma vez que é por meio da memória que nos tornamos conscientes de nós mesmos como seres históricos e sociais.

A culpa, como um sentimento que emerge após um longo período de esquecimento, é um fenômeno que se manifesta de maneira evidente não apenas na sociedade contemporânea, como em outras sociedades ao longo do tempo. Viver em uma sociedade com passado colonial e eurocêntrico, por exemplo, nos priva, enquanto cidadãos, de entender a história de nosso povo por uma perspectiva que não a do colonizador, caminhando para uma sociedade menos consciente de suas mazelas. Logo, se não temos acesso a esse lado da história, não estamos perdendo nada.

A memória apresenta relação direta com a identidade individual e sua formação, bem como com relação aos valores da sociedade e dos grupos em que o indivíduo está inserido. Além disso, explorar como a seleção de eventos passados e a construção de elementos novos, tais como os patrimônios culturais, podem estar envolvidos no processo psicológico do esquecimento, nos ajudam a compreender o silenciamento e a exclusão de narrativas.

A experiência humana é permeada pela interação simultânea do indivíduo com o ambiente externo, e é nesse contexto que a identidade individual é moldada. A memória desempenha um papel crucial nesse processo, pois é por meio dela que o indivíduo se conecta com o passado e constrói sua narrativa pessoal. No entanto, a memória não é um processo isolado e individual, mas, sim, relacional, ou seja, ela está intrinsecamente ligada aos valores da sociedade e dos grupos em que o indivíduo está inserido, onde o desejo de alcançar o verossímil, parte também da recordação e das referências do outro.

Ao recordar eventos passados, o indivíduo evoca não apenas suas próprias memórias, mas também a memória de outras pessoas que estiveram envolvidas nesses eventos. Nesse sentido, a busca pela verossimilhança é uma forma de utilizar a lembrança do outro para relembrar eventos históricos. A seleção de vestígios urbanos, como edifícios e monumentos, pode ser uma forma de "relembrar" ou "comemorar" eventos históricos específicos e esses vestígios permitem a leitura de como a memória é articulada com os valores da época.

No entanto, a seleção do passado e a construção de elementos novos nunca são processos objetivos e neutros. Dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionar o passado e sobre ele construir elementos novos e anacrônicos. Nessa operação, os bens culturais podem conter níveis de identificação, distinção e da interiorização da norma, mas também estão envolvidos no processo psicológico do esquecimento, do silenciamento e da exclusão, o que significa que os indivíduos podem escolher seletivamente quais eventos históricos devem ser lembrados e quais devem ser esquecidos. Portanto, a seleção do passado e a construção de elementos novos não são apenas processos psicológicos, mas também sociais e culturais que refletem os valores e as crenças de uma sociedade ou de um grupo específico que se reconhecem dentro das totalidades que, vindas do passado, pretendem se projetar para ao futuro.

A memória e a cidade: A memória e o patrimônio urbano cultural como fonte de resistência

Segundo Maurice Halbwachs (2003), a imagem está intimamente ligada ao espaço, ou seja, o espaço é responsável por ancorar as memórias do que foi vivido. Para o autor, “a memória coletiva é baseada na permanência do espaço ou, pelo menos, na permanência da atitude adotada pelo grupo em relação a essa porção do espaço” (HALBWACHS, 2003, p. 172). Ele também destaca que, “quando um grupo humano vive por muito tempo em um lugar adaptado aos seus hábitos, seus pensamentos e movimentos são regulados pela sucessão de imagens materiais que os objetos externos representam para eles” (HALBWACHS, 2003, p. 163). Além disso, HALBWACHS (2003, p. 159-160) explica o papel crucial que as imagens espaciais desempenham na memória coletiva, pois as imagens dos espaços são elementos essenciais para a compreensão da memória coletiva.

Ao ocupar um espaço, um grupo social imprime sua marca nele, mas também se adapta às características materiais que lhe resistem. O grupo se fecha em torno do contexto que construiu, tendo em vista que a imagem do ambiente externo e as relações que estabelece com ele são fundamentais para sua concepção de si mesmo. De acordo com Halbwachs (2003), cada aspecto e detalhe do espaço ocupado pelo grupo tem um significado que só é compreensível para seus membros, uma vez que todas as partes do espaço correspondem a diferentes aspectos da estrutura e da vida da sociedade, pelo menos aqueles que eram mais estáveis.

Halbwachs argumenta que as transformações no espaço têm efeitos sobre os processos sociais de construção da memória, uma vez que a permanência das formas de vida se manifesta

no vínculo entre a sociedade e seus espaços de memória. Para o autor, “os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite compreender melhor até que ponto, nesse tipo de grupo, a memória coletiva é sustentada por imagens espaciais” (HALBWACHS, 2003, p. 162). Assim, temos estudiosos e especialistas que argumentam que a intervenção no espaço urbano é crucial para evitar mudanças despropositadas nos ciclos históricos, como a urbanista e ativista Jane Jacobs em sua obra "Morte e Vida de Grandes Cidades" (2000).

Os bens que compõem a paisagem desses espaços apresentam características de resistência, não apenas em si mesmos, mas também na memória da comunidade que lhes atribui valores e significados. De acordo com Bosi (1994), não se pode ignorar que “as memórias são sustentadas pelas pedras da cidade” (BOSI, 1994, p. 439), sendo essas “pedras” contextualizadas na história e na vida urbana, estabelecendo seus próprios usos.

A memória de um indivíduo precisa de palavras e ideias como ferramentas, ambas construídas em um ambiente social. Em outras palavras, no caso da memória pessoal, se é o indivíduo quem, em última instância, realiza o ato de memória, por outro lado é o grupo social que determina o que é lembrado e como. Assim, se faz necessário pensar na Memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos.

A disputa política em torno da memória operária e seus lugares históricos resultaram na prevalência da narrativa do trabalhador por meio da ótica do “patrão”, deixando de lado as histórias contadas pelas bordas, pelos próprios trabalhadores.

O “esquecimento”, o “dito” e o “não dito” e o eco entre o celebrado e o esquecido mostram que a escolha é determinante na construção da memória. Socialmente, percebermos que nem tudo que é lembrado pode ser expresso, logo, a memória é política e se pode atribuir diferentes valores a ela. Como consequência do desfecho trágico da greve dos trabalhadores de 1988, foi erguido o Memorial 9 de novembro, um bem cultural que acomoda valores de identidade, ação e memória do homem em sociedade, do povo brasileiro e, em esfera local, dos cidadãos volta-redondenses. Uma das muitas histórias contadas pelo público com base no uso social do patrimônio.

A memória hoje não pode mais ser associada metaforicamente ao “espaço inerte” em que está abrigada, mas deve ser entendida como um “território”, um espaço vivo, político e

simbólico em que o processamento pode ocorrer. Uma forma dinâmica e criativa de recriar a cada momento a memória e o esquecimento da existência social³.

De qualquer forma, tendo em vista que a composição da memória social é um campo de conhecimento novo que visa refletir cientificamente sobre fenômenos e práticas relacionados à memória individual e coletiva, torna-se necessário pensar na memória como um processo que não permite precisão, uma vez que envolve esquecimentos, distorções, reconstruções, omissões, parcialidades, hesitações.

Há ainda hoje uma significação vulgar que remete à memória, uma categoria estática relacionada à imagem de depósito de dados, surgindo, então, como mera atualização mecânica de vestígios. A conclusão óbvia é que, nesse sentido, o patrimônio será uma memória, não a memória. Além dos aspectos comemorativos do patrimônio, seu amplo valor de uso e o próprio “direito de lembrar” podem ser princípios para o exercício da cidadania e a realização de outros direitos sociedade de grupos sociais.

Sabemos que o trabalho de interpretação de fatos ou acontecimentos históricos é um campo muito delicado, pois a história é um conjunto de momentos, experiências e diferentes perspectivas, verdades, omissões, ideologias, dominações e interesses que se constroem a partir do querer construir Coisas Começam. As experiências e narrativas de pessoas comuns esquecidas ou silenciadas pelas elites também devem ser consideradas ao iniciar uma investigação sobre o que pode ter acontecido (THOMPSON, 1988).

Em 2 de maio de 1989, um carro-bomba carregado com explosivos plásticos foi detonado na Praça Juarez Antunes em Volta Redonda, Rio de Janeiro. O objetivo do ataque era derrubar a lâmina de concreto do Memorial 9 de novembro, um monumento projetado pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos três operários que foram mortos durante uma greve na CSN, no ano anterior. Embora nenhuma pessoa tenha sido ferida na ocasião, o atentado foi bem-sucedido em sua intenção, resultando na derrubada parcial do monumento (Figura 5).

³ Le Goff cita um longo trecho em seu verbete “Memória” (Enciclopédia Einaudi, 1984, p. 46), que parece espacializá-la, oscilando entre a ideia do “depósito”, da “região a ser explorada” e do “território” a ser constituído por aquele que lembra.



Figura 5: Explosão do Memorial 9 de novembro, 1989. LHMT.

Sete anos após este atentado, outro monumento projetado por Oscar Niemeyer, o Monumento Eldorado Memória (Figura 6), foi destruído. Este projeto, com quatro metros de altura, foi doado ao Movimento dos Sem-terra (MST) em solidariedade aos trabalhadores rurais mortos em conflitos de terra no estado do Pará. A destruição deste monumento foi um duro golpe para a mensagem de paz e solidariedade que Niemeyer pretendia transmitir com sua obra.



Figura 6: Oscar Niemeyer ao lado dos trabalhadores do MST com a obra criada por ele, Monumento Eldourado Memória, 1996. O Globo.

Ambos os ataques revelaram a fragilidade dos monumentos públicos, sobretudo os que homenageiam os trabalhadores e lançam luz sobre a discussão referente à consciência de classe, o que ressalta a importância da segurança de tais estruturas. Além disso, destacaram a

importância dos patrimônios como um meio de transmitir mensagens políticas e sociais significativas para o público em geral.

No ano de 1996, trabalhadores rurais do MST foram atacados por cerca de 300 policiais militares (PM) no município de Eldorado dos Carajás, no sudoeste do Pará. Cerca de 1.500 lavradores haviam acampado na Fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), na rodovia PA-150, havia três meses, exigindo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a desapropriação das terras ocupadas. O objetivo era chegar a Belém, capital do estado, para pressionar o governo local.

Após uma marcha de sete dias rumo a Belém, os trabalhadores foram atacados pela Polícia Militar. O confronto entre os acampados e os policiais militares, que estavam armados com escopetas, metralhadoras, fuzis e revólveres, resultou na morte brutal de dezenove trabalhadores rurais e mais de cinquenta pessoas feridas (Figura 7).

Uma perícia realizada pelo legista Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revelou que dez vítimas morreram com balas na cabeça, em tiros de precisão a curta distância na nuca, nos olhos e na cabeça, demonstrando modo similar a execuções sumárias. Outros sem-terra tiveram seus corpos retalhados a golpes de foice e estavam esfaqueados, com esmagamento de crânio, costas abertas, braços quebrados, mutilações. De acordo com o legista, as vítimas já estavam dominadas, sem condições para se defender ou reagir, desarmadas, quando foram atacadas com golpes cortantes (Cabraia, 2012, p. 2).

Os acampados resistiram com paus e pedras durante duas horas de enfrentamento. O episódio, que ganhou grande notoriedade internacional, ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, município do sudoeste do Pará onde ocorreu a matança. Durante o inquérito que apurou as responsabilidades pelo episódio, o gerente da Fazenda Macaxeira denunciou que fazendeiros da região haviam ordenado o massacre. Além disso, acampados informaram que o coronel Pantoja, mandante do ataque da Polícia Militar, esteve na fazenda dias antes do confronto. No entanto, nenhum fazendeiro foi indiciado pelo ocorrido.



Figura 7: Corpos dos trabalhadores rurais mortos pela polícia do Pará em uma sala do Instituto Médico Legal (IML) de Marabá. Ana Araújo/Editora Abril.

Após a cerimônia de inauguração, proprietários de grandes extensões de terra e setores ultraconservadores da região local expressaram sua oposição ao Monumento Eldorado Memória e fizeram ameaças de vandalismo tanto contra o monumento quanto contra as entidades patrocinadoras. Na madrugada de 22 de setembro de 1996, um grupo de indivíduos se reuniram em torno do monumento, portando picaretas e marretas, e o vandalizaram. Notavelmente, a polícia local não tomou nenhuma medida para conter os vândalos, apesar da proximidade do quartel do 4º Batalhão da Polícia Militar, localizado a cerca de 2 km do local. Desde então, a prefeitura de Marabá e outras entidades governamentais se recusaram a reconstruir o monumento.

Em face da destruição do Monumento Eldorado Memória, que havia sido recém-inaugurado, trabalhadores rurais da região iniciaram uma mobilização para conceber um novo memorial em homenagem ao massacre de Eldorado do Carajás. Em 1999, três anos após o massacre de Eldorado do Carajás, lideranças do MST do sul do estado do Pará decidiram convidar o dramaturgo anglo-brasileiro Dan Baron Cohen para conceber um novo monumento a ser construído em Eldorado, no local do massacre. Cohen, por sua vez, elaborou um projeto que foi construído em 2000 e ficou conhecido como Monumento das Castanheiras Mortas (Figura 8).



Figura 8: Monumento das Castanheiras Mortas, Eldorado dos Carajás, 2016. Brasil de Fato.

A ideia de Cohen foi baseada em uma consulta aos trabalhadores rurais do Assentamento 17 de Abril, criado após o massacre. Esses colonos sugeriram a utilização de uma castanheira, árvore típica da região e em risco de extinção devido à pressão da agropecuária de latifúndio local. Cohen, então, propôs a criação de uma árvore gigante de metal, revestida de cerâmica quebrada, para que se assemelhasse à casca de uma castanheira. A árvore teria galhos e raízes retorcidos e quebrados, simbolizando a violência e as marcas deixadas pelo massacre.

Para a construção do monumento, foi realizada uma assembleia geral com todos os trabalhadores rurais, que formaram um “tribunal” para definir o conceito do monumento. Foi decidido que o monumento seria uma “paisagem de castanheiras queimadas e mutiladas, violadas e cheias de cicatrizes”, que representava a luta dos trabalhadores rurais pela terra e pelo direito à dignidade humana. Nos dias que antecederam as manifestações pelos três anos do massacre, dezenove árvores mortas foram encontradas e dispostas em forma do mapa do Brasil, uma para cada vítima do massacre. Esse ato foi realizado como uma forma de lembrar as vítimas e protestar contra a impunidade dos responsáveis pela tragédia.

O Monumento das Castanheiras Mortas é considerado um importante símbolo da luta e resistência dos trabalhadores rurais pela terra e pelo direito à vida. Ele se tornou um local de peregrinação para aqueles que buscam manter viva a memória do massacre de Eldorado do Carajás e de todos os outros conflitos que ocorreram na região. Em 17 de abril de 2019, o

monumento e a curva do S da BR-155 foram declarados Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará, após a aprovação da proposta do deputado Dirceu Ten Caten.

O arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer projetou, ao longo de sua carreira, entre quatro e cinco monumentos em homenagem ou solidariedade aos trabalhadores oprimidos. Infelizmente, essas obras enfrentaram inúmeros desafios, sendo algumas delas boicotadas e destruídas por militares, fazendeiros e jagunços. Atualmente, uma dessas obras, o Monumento Antônio Tavares, em Campo Largo, Paraná, também está ameaçada.

A discussão sobre monumentos no Brasil tem sido pautada por questões relacionadas à demolição, depredação ou remoção de monumentos dedicados aos bandeirantes paulistas, considerados ídolos pelos fascistas nacionais. Nesse contexto, as obras de Niemeyer foram alvo de ataques e destruições, enquanto seus autores permaneceram impunes. Por outro lado, o trabalhador Paulo Galo, que assumiu a autoria de um ataque simbólico recente a uma estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo, foi preso imediatamente após se apresentar voluntariamente à polícia.

A diferença de tratamento dispensado aos autores dos ataques a monumentos reflete as diferenças de classe social representadas por cada obra. Enquanto os monumentos dedicados aos trabalhadores oprimidos são alvo de ataques e negligência, aqueles que homenageiam figuras históricas que representam o opressor são protegidos e mantidos em locais de destaque. Essa realidade evidencia a necessidade de se repensar o papel dos monumentos na sociedade e de se promover um debate amplo e inclusivo sobre a representação histórica e cultural em espaços públicos.

O pesquisador Roberto Lobato Corrêa (2005) afirma que os materiais referentes ao patrimônio não são apenas objetos estéticos, mas, de certa forma, intencionalmente dotados de sentido político. Como “representações materiais de acontecimentos traspassados” (CORRÊA, 2005, p. 10), carregam emblemas que vão além das molduras de concreto e metal de que são feitos e neles são reunidos significados que comunicam interpretações da realidade do ponto de vista temporal.

Pierre Nora (1993) propõe que os rituais sociais realizados em “Lugares de Memória”⁴ atendem à necessidade contemporânea de identidade pessoal, proporcionando uma conexão com a história compartilhada e um sentido de pertencimento. Portanto, o conceito de

⁴ De acordo com Nora, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas ações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

monumento histórico está relacionado à formação da ciência histórica e, do ponto de vista de Nora, esses locais históricos serão memórias relacionadas com a nação.

É necessário visualizar os lugares de memória, principalmente como uma mistura de história e memória, momentos híbridos, não se sustentando mais somente como memória, mas também evidenciando a necessidade de identificar uma origem, algo que não relegue a memória ao passado, no que concerne à importância de reconhecer as raízes e fundamentos que sustentam a memória coletiva. Embora a memória esteja intrinsecamente relacionada ao passado, essa ideia ressalta que a memória não deve ser vista apenas como algo que pertence ao passado, mas também como algo que tem conexões e influências no presente e no futuro.

Diferenças raciais e de classe, muitas vezes apresentadas unidas, geraram ao longo da história humana inúmeras oposições e conflitos. A separação de moradias é uma manifestação social e espacial desse conflito e, muitas vezes, a base do conflito. Os monumentos e sua localização dão visibilidade a essas oposições e conflitos, seja porque marcam posição de supremacia racial e/ou social, seja porque traduzem contestação por parte de um grupo face a outro.

Atualmente, temos outro patrimônio projetado por Niemeyer em risco, o Monumento Antônio Tavares (Figura 9). No dia 2 de maio de 2000, um comboio de mais de 1,5 mil trabalhadores do MST estava a caminho de Curitiba, Paraná, para participar de uma Marcha pela Reforma Agrária na capital. No entanto, a cinco quilômetros do destino, em Campo Largo, o comboio foi interceptado pela Polícia Militar do estado, que obrigou os trabalhadores a descerem e se deitarem na beira da estrada.

A reação dos trabalhadores foi duramente reprimida com tiros e bombas de gás, inclusive contra mulheres e crianças, resultando em cerca de 180 feridos. Alguns dos feridos foram ameaçados de morte por policiais mesmo no hospital. Além disso, um grupo de trinta sem-terra que tentou fugir foi perseguido a tiros por dois quilômetros, resultando na morte a tiros do militante do MST Antônio Tavares Pereira, de trinta e oito anos, que deixou cinco filhos órfãos.



Figura 9: Monumento Antônio Tavares, 2019, MST.

Este episódio foi apenas um entre muitos atos de brutal repressão aos movimentos de luta durante o mandato do então governador Jaime Lerner, do Partido da Frente Liberal (PFL-PR). Lerner ganhou reconhecimento internacional por suas soluções de planejamento urbano e transporte público desde a década de 1960, quando esteve à frente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Ele também foi prefeito da capital paranaense em três mandatos e governador do estado por dois mandatos (1995-2003).

Em sua carreira política, o ex-governador Jaime Lerner oscilou entre o Arena, partido da ditadura militar, o PDT e o PFL (atual DEM). Contudo, sua gestão ficou marcada por ações violentas contra movimentos sociais, o que lhe rendeu o título de “Arquiteto da violência”. Esse apelido foi dado após a produção de um minidocumentário intitulado “Arquiteto da Violência”, lançado em 2000 pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conforme relatado no documentário, Lerner teria ordenado à Polícia Militar 115 despejos, além de repressão brutal a ocupações e atos políticos, resultando em 454 trabalhadores presos, 322 feridos, cinco casos de tortura, trinta e um tentativas de assassinato e dezesseis mortos.

Em homenagem a Antônio Tavares, o MST construiu um monumento no local do ataque policial. Assim, foi erguido um monumento em forma de lâmina de concreto vazada com a silhueta de um trabalhador segurando uma foice. A obra inclui a poesia de Pedro Tierra: “O que pode o grito se não perpetua? Aqui o grito se põe em pedra para que a memória não se cale, e as areias do tempo e do silêncio não dissolvem a voz dos que cantam para acordar o dia da justiça” (MATOSO, 2021).

Após vinte anos, o monumento encontra-se ameaçado pela Postepar Indústria de Artefatos de Concreto Paraná Ltda., proprietária do terreno onde a obra está localizada e que havia cedido o espaço em comodato para sua construção. Em 2016, a empresa manifestou interesse em removê-lo para ampliar o estacionamento de caminhões no pátio da indústria, alegando que o monumento “é apenas um pedaço de concreto no meio do mato”. (Matoso, 2021).

O MST, juntamente com o Terra de Direitos e a Justiça Global, mobilizaram-se contra a remoção do monumento, acionando a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Após análise, verificou-se que as três medidas fundamentais para a proteção provisória do bem foram cumpridas: a defesa da obra é urgente, tendo em vista o risco de danos com a possível remoção do monumento; a ameaça ao monumento e à memória de luta é grave; e uma possível danificação da obra configura-se como dano irreparável. Em 24 de junho, a Corte determinou que o Estado brasileiro proteja o monumento, ensejando a abertura de processo de tombamento da obra, que foi iniciado apenas pela prefeitura de Campo Largo.

Os lugares onde a memória se ancora, sejam de natureza topográfica (arquivos, bibliotecas e museus), monumental (memoriais, cemitérios ou arquiteturas), simbólica (comemorações, peregrinações ou aniversários), ou funcional (manuais, testamentos ou autobiografias), são assim constituídos porque os instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo se investem de uma aura simbólica.

Esses lugares e práticas produziram um novo tipo de memória, seguindo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa. Em geral, a história apega-se a acontecimentos assim como a memória se apega a lugares. Nessa relação, reforçando a ideia de Nora, é a memória que dita o que a história deve reter.

A recente discussão em torno dos monumentos não é fortuita e está relacionada à escalada dos ataques a organizações e lideranças de trabalhadores, especialmente aquelas que lutam por terra, moradia, melhores condições de trabalho e de vida no geral – principalmente após o impeachment de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro.

Com o aumento das mortes de trabalhadores, particularmente as de lideranças, a defesa do monumento e da memória de sua luta torna-se ainda mais importante e urgente. De fato, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou um relatório em fevereiro de 2021

sobre o ataque à caravana do MST em 2000, demonstrando que o Estado brasileiro ainda não resolveu adequadamente o caso, uma vez que os policiais envolvidos não foram punidos.

Nesse contexto, o Memorial 9 de novembro, assim como os demais monumentos aqui apresentados, representam não apenas uma homenagem à luta dos trabalhadores, mas também um alerta contínuo sobre a impunidade dos torturadores e assassinos fascistas. Aqueles que lideraram a ditadura empresarial-militar que governou o país por vinte e um anos e que permaneceram impunes até sua morte natural, e as empresas que apoiaram aquele regime, incluindo os principais conglomerados de mídia, ainda hoje são símbolos da elite nacional.

Os sobreviventes do regime ditatorial inspiraram e apoiaram o governo genocida do ex-presidente Jair Bolsonaro, formando o núcleo central do bolsonarismo. Lembrar seus crimes é lembrar também de sua impunidade, uma questão ainda mais urgente em tempos como estes.

Considerações finais

Com base nas pesquisas parciais apresentadas no texto, fica evidente que a memória coletiva desempenha um papel crucial na formação da identidade urbana de Volta Redonda. O tecido da cidade está impregnado pela memória política e sindical, manifestando-se não apenas nas estruturas físicas urbanas, mas também na tessitura da cultura local.

Contudo, essa memória coletiva não é uma entidade estática; ao contrário, é moldada por forças dinâmicas e muitas vezes é alvo de controle e manipulação por parte de grupos de poder. A ditadura militar, como exemplificado, buscou apagar deliberadamente as memórias das lutas trabalhistas e sindicais, promovendo uma narrativa oficial que destacava apenas o suposto desenvolvimento econômico da cidade durante esse período.

Apesar desses esforços para controlar a narrativa coletiva, a memória marginalizada persiste e encontra maneiras de ressurgir, reinventando-se e se expressando de novas formas. A Greve Geral dos Trabalhadores de 1988 surge como um ponto crucial nesse processo, representando não apenas um ato de resistência, mas também um meio de resgate da memória coletiva e uma afirmação vigorosa da identidade urbana de Volta Redonda.

Dessa forma, a memória coletiva revela-se como um elemento dinâmico e contraditório, perpetuamente envolvido em um processo contínuo de construção e colisão. Sua importância para a compreensão da identidade urbana é inegável, funcionando como um fio condutor que conecta o passado, o presente e o futuro da cidade. Contudo, essa mesma memória pode ser

instrumentalizada para legitimar ou questionar o poder, destacando seu potencial tanto como instrumento de coesão social quanto como uma ferramenta de resistência e crítica. Assim, uma análise da memória coletiva em Volta Redonda revela não apenas as complexidades da identidade urbana, mas também a dinâmica intrincada entre memória, poder e resistência.

Referências bibliográficas

a) Referenciadas

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 498 p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/698aa_Constituicao_Federal.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CAMBRAIA, Maria Sílvia. **Lugares de memória**: o monumento do massacre de eldorado dos carajás. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22772799-Lugares-de-memoria-o-monumento-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas.html>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, Ltda., 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4º. ed. São Paulo: Ática, 2005.

COSGROVE, Dennis.; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto. Lobato.; ROSENDAHL, Zeni. (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DELGADO, Manuel. Trivialidade e transcendência: Usos sociais e políticos do turismo cultural. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.), **Habitantes de Babel**: Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 163-185.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GOMES, Paula Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geografia da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HALBSWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994, p. 462-479

..... “Memória” *In*: **Enciclopédia Einaudi**, Memória - História (trad.) Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, p.46.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21^a ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2004.

MATOSO, Danilo. Mais um monumento de Niemeyer ameaçado. **O Partisano**, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://opartisano.org/politica/mais-um-monumento-de-niemeyer-ameacado/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n^o 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Donizette. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, 2012.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309 p. (Coleção a). Título original: L’architettura della città.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3vols.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. *In*: GUARESCHI, Paulo; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz; HALL, Stuart (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 7-67.

b) Consultadas

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda.** 2007. 336 f. (Doutorado em Educação). UFF, Niterói-RJ.

GRACIOLLI, Edilson. **UM CALDEIRAO CHAMADO CSN: RESISTENCIA OPERARIA E VIOLENCIA MILITAR NA GREVE de 1988 .** 2ª ed., Uberlândia (MG), EDUFU, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

MOREL, Ronaldo Lima de Menezes. **A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968).** 1989. 506 f. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo.

NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (org.). **Monumentos, Memória e Violência.** Belo Horizonte: Letra e Voz, 2022.

NIEMEYER, Oscar. **As Curvas do Tempo.** Memórias. Rio de Janeiro: Revan, 1998, 294p, p. 209-210.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro.* vol.5, n.10, 1992.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Volta Redonda: Entre o aço e as armas.** Rj: Vozes, 1989.

VOLTA REDONDA, Prefeitura Municipal. **Lei municipal nº 5.662 (1985).** Volta Redonda, RJ: Câmara Municipal. 2019, Art. 8º- 53º. Os bens tombados em Volta Redonda são registrados nos livros dos Tombos Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico, Histórico, de Belas-Artes, Artes Aplicadas e Artes Populares.